

**PROFESSOR,
ASSOCIE-SE À
APROPUC**

PUCViva

Nº 1084 - 08/10/2018

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

CONSUN DECIDE:

1- Prorrogar prazo para entrega do novo estatuto até o primeiro semestre de 2019;

2- Defender a autonomia universitária nos termos preconizados pelo artigo 207 da Constituição da 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases;

3- Qualquer proposta deverá respeitar a democracia universitária preservando-se a consulta à comunidade para eleição de reitor, gestores e demais representantes;

4- Manutenção dos departamentos e liberdade de atuação acadêmica;

5- Inclusão nos estatutos de princípios norteadores da carreira docente.

LULA LIVRE!

FORA TEMER! ABAIXO O GOLPE DA DIREITA !

CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!

CONTRA A REFORMA TRABALHISTA!

PREPARAR A GREVE GERAL!

FORA A INTERVENÇÃO NO RIO DE JANEIRO

FUNCIONÁRIO

Fortaleça sua entidade!

**Associe-se
à AFAPUC**

Consun aprova prazo maior e princípios para o novo estatuto

A primeira sessão extraordinária do Conselho Universitário, Consun, destinada a debater o novo estatuto ouviu os relatos que cada setor e unidade trouxeram de suas reuniões. Tanto nos encontros por faculdade como por segmento as propostas, em sua maioria, convergiram para a ampliação do tempo destinado à discussão e de princípios norteadores que preservem a autonomia e a democracia universitária.

Logo de início a reitora, professora Maria Amália Andery, informou que o cardeal D. Odilo Scherer, em um encontro com ela, concordou em prorrogar o prazo até 15/12 deste ano. Embora essa prorrogação estivesse dentro do espírito das discussões realizadas pela comunidade, a manifestação dos conselheiros mostrou que ela ainda era insuficiente para se viabilizar uma mudança tão profunda.

POSIÇÃO DAS FACULDADES

O professor Antonio Correa de Lacerda, diretor da FEA, apresentou a posição dos quatro departamentos da faculdade. O encaminhamento dos docentes ia na direção da prorrogação do prazo que deve se estender até junho de 2019, e a mudança do esta-



STHEFANE MATTOS



Alguns momentos do Consun: acima a votação dos conselheiros; abaixo (da esquerda para a direita), o funcionário Nalcir Ferreira Jr., os diretores da APROPUC Bia Abramides e João Batista Teixeira e a fala da representante discente de Ciências Sociais.

tuto que deve manter os princípios fundamentais da autonomia, democracia, bem como a preservação do departamento e suas atividades, e a preservação da pró-reitoria de planejamento e gestão.

A Faculdade de Ciências Sociais decidiu pela rejeição da proposta apresentada pelo Conselho da Fundasp, constituição de uma estatuinte, prazo até junho de 2019 e preservação do processo eleitoral de 1980, que consagrou a eleição direta para reitor.

A Faculdade de Educação decidiu pela redação de um documento onde constasse a defesa da autonomia e democracia universitária, a manutenção das

instâncias decisórias e que a universidade possa discutir e elaborar seu próprio orçamento.

A Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes (Faficla) decidiu formar grupos de trabalho para, com um prazo maior, receber propostas que contemplem os eixos da autonomia e democracia universitárias. A Faficla mostrou grande preocupação com a questão da aposentadoria compulsória aos 75 anos.

A diretora da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, leu uma carta elaborada pelo conjunto de professores, estudantes e funcionários da unidade, que discordam do prazo inicial e encaminham pela

autonomia universitária e preservação dos departamentos. Não houve discordância no encaminhamento de uma estatuinte.

A representante docente da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde informou que o campus de Sorocaba está participando ativamente das discussões sobre o novo estatuto e que a comunidade daquela unidade foi enfática: ninguém vai abrir mão da democracia e autonomia universitária! Cibele Isaac Saad encaminhou para que os princípios gerais de autonomia e democracia fossem votados já naquela sessão.

continua na próxima página

continuação da página anterior

A Faculdade de Teologia também entendeu como necessária a concessão de um prazo maior e que não se poderia modificar o que está previsto em lei.

APROPUC E A AFAPUC

A Associação dos Professores da PUC-SP, através de seu presidente João Batista Teixeira da Silva, leu um manifesto onde relatava as principais conclusões a que chegaram os professores em suas assembleias de discussão do estatuto (veja ao lado). A professora Bia Abramides também se manifestou dizendo da importância do movimento autônomo dos três segmentos com deliberações importantes como a rejeição do estatuto apresentado pelo Conselho da Fundasp. A professora lembrou também que esta sendo construído em todas as instâncias acadêmicas e das associações e CA's um estatuto com autonomia e democracia universitária, prorrogação do prazo até junho de 2019 com um calendário de discussão mensal. "Este é um momento rico, vivo, de mobilização e envolvimento de todos os segmentos da PUC-SP", disse a professora.

A conselheira administrativa Sandra Costa relatou a posição dos funcionários que se encontram em assembleia permanente: os administrativos consideraram a proposta estatutária inviável e que o Consun deve se manifestar contra o texto. Os administrativos são pela construção de uma estatuinte, com prazo até junho de 2019. O conselheiro e presidente da AFAPUC Nalcir Antonio Ferreira Jr. manifestou-se encaminhando para a defesa de uma legítima autonomia universitária, onde o con-

Manifestação da APROPUC ao Grupo Técnico de Trabalho para Reforma do Estatuto

A Associação dos Professores da PUC-SP (APROPUC) vem manifestar as deliberações dos professores em diversas assembleias, bem como nas Audiências Públicas realizadas no período matutino e noturno, em 25/9, com relação à proposta de estatuto encaminhada pelo Conselho Superior da Fundação São Paulo (Fundasp) para esta comunidade. Em assembleia, os professores deliberaram:

✓ Rejeitar propostas do estatuto, uma vez que este subtrai da universidade sua autonomia, submetendo as decisões de natureza acadêmica, administrativa e de gestão à Fundação São Paulo. A autonomia universitária é uma garantia constitucional (Constituição Federal do Brasil, art. 207), referendada também pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação e pelo Decreto-

Lei nº 9.632 de 22 de agosto de 1946, que institui a PUC-SP;

✓ Construir uma comissão estatuinte tripartite, juntamente com os segmentos de funcionários e de estudantes, para a elaboração de uma proposta de estatuto que contemple:

a. democracia universitária, com eleição direta para reitor e cargos administrativos e representativos - direções, chefias de departamento, coordenações e demais representações;

b. autonomia acadêmica, didático-pedagógica, administrativa, financeira e de gestão;

✓ Repudiar o prazo imposto pelo Conselho Superior da Fundasp e estabelecer um calendário de discussões e de trabalhos com prazo até junho de 2019, para que a comunidade, composta pelos três segmentos, desenhe uma proposta que represente sua

vontade e anseios acerca da universidade que queremos;

✓ Que o Consun abraça esta proposta para que a PUC-SP continue sendo uma universidade de referência no âmbito nacional e internacional em termos de ensino, pesquisa e extensão, cuja tradição histórica de democracia e autonomia é o diferencial que a distingue entre tantas outras universidades quanto à formação crítica, reflexiva e humanista de seus estudantes de graduação e de pós-graduação. Assim, a PUC-SP continuará uma instituição singular e de vanguarda, cuja missão, definida no atual estatuto, "assegura a liberdade de investigação, de ensino e de manifestação de pensamento, objetivando sempre a realização de sua função social".

APROPUC-SP

trole financeiro fique nas mãos da universidade conforme definido pela Constituição e pela LDB.

Já os estudantes de diversos cursos da graduação e pós graduação se manifestaram lendo documentos tirados em suas assembleias, tanto gerais como por unidade. A tônica do discurso dos discentes foi uma forte rejeição ao documento apresentado por D. Odilo que eles consideraram um golpe na medida em que retira o poder de escolha da comunidade. Os estudantes pediram "Estatuinte Já!".

DECISÕES

O encaminhamento final foi um pouco confuso: a reitora propunha que se votasse o prolongamento do pra-

zo para 2019, sem se especificar uma data. Já alguns conselheiros indicavam que a data deveria ser definida ali naquele momento. Ao final a votação encaminhou somente para uma prorrogação para o primeiro semestre de 2019. Os princípios norteadores do novo estatuto devem ser, com pequenas altera-

ções, aqueles previstos na deliberação do Conselho de Ensino e Pesquisa (Cepe) - veja matéria na capa desta edição.

Em função da alteração da data de entrega do texto final o calendário de discussões deverá ser alterado, ficando suspensa a reunião marcada para a próxima quarta-feira, 10/4.

Fundasp vota por não acatar a Constituição

Quando da votação dos princípios norteadores da formulação do novo estatuto, a proposta apresentada previa a defesa da autonomia universitária nos termos preconizados pelo artigo 207 da Constituição da 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases, estranhamente a representante da Fundasp, Patrícia Neves Franco, se absteve.

A questão não era meramente opinativa, mas uma determinação jurídica, que não é passível de discordância, ou será que a Fundasp pretende passar por cima da própria Constituição Federal?

FALA COMUNIDADE

Comunicado Importante aos Colegas Professores da Faculdade de Direito da PUC-SP

Marcelo Figueiredo

Considerando as notícias e relatos de ilustres colegas professores havidos nas últimas reuniões dos diversos departamentos da Faculdade de Direito envolvendo o tema dos concursos de acesso e promoção da carreira docente, venho esclarecer o seguinte:

1- É falsa a notícia ou a versão de que em minhas sucessivas gestões como diretor na Faculdade de Direito os concursos públicos realizados regularmente nos diversos departamentos tenham sido realizados sem a existência das respectivas vagas;

2- É também inverossímil a versão segundo a qual alguns concursos não foram homologados pela antiga Reitoria e Conselho Universitário (Consun) em razão de uma suposta antipatia pessoal da então reitora e sua equipe com minha pessoa. Todos sabem que à ocasião apoiei (eu e inúmeros professores(as) da Faculdade) ostensivamente a candidatura do Professor Dirceu de Melo a Reitor, de quem, aliás fui vice-diretor com muita honra;

3- Caso haja algum fundo de verdade na versão acima exposta, no item 2, cumpre-me lamentar que decisões administrativas regulares e absolutamente necessárias não tenham sido tomadas pela antiga Reitoria e pelo E. Conselho Universitário em razão de preferências político-eleitorais tomadas no âmbito

acadêmico, o que constitui flagrante ilegalidade violadora das regras educacionais que devem presidir a universidade a ser corrigida prontamente pela atual Reitoria e E. Conselho Universitário;

4- As regras do atual Consun recentemente editadas pela atual Reitoria a pretexto de reabrir parcialmente alguns concursos na Universidade e na Faculdade de Direito carecem de critérios objetivos, imparciais e republicanos pois não atendem minimamente ao princípio da igualdade, carecem da mais elementar lógica jurídica. Em departamentos que diversos mestres e doutores não tiveram a oportunidade de acender na carreira universitária foram abertos concursos para professor associado - final da carreira - e em departamentos que sobram vagas para postos em final de carreira, nenhuma vaga foi aberta para acesso, o que salvo melhor juízo, é para dizer o mínimo, lamentável;

5- As vagas anteriores correspondentes aos concursos públicos realizados em minhas sucessivas gestões como Diretor da Faculdade de Direito correspondem a concursos públicos validamente realizados e aprovados pelos respectivos departamentos e pelo Conselho da Faculdade. A ausência de eventual homologação dos aludidos concursos constitui grave e flagrante ilegalidade da anterior Reitoria devida a omissão ou grave incúria administrativa, passível de reparação não só

pelo atual Conselho Universitário e Reitoria, ou eventualmente pelo próprio Poder Judiciário;

6- Todos os concursos já realizados que atribuíram justos títulos aos respectivos candidatos vencedores, constituem-se em cristalino direito adquirido e ato jurídico perfeito, não podendo de maneira alguma se confundir com as novas e atuais vagas existentes e derivadas desde então, como também no momento presente de normas objetivas vigentes e presentes no Estatuto da Universidade;

7- A eventual omissão do Conselho Universitário anterior ou atual em publicar o quadro de vagas das unidades da Universidade ao longo dos anos, por pressão de quem quer que seja, não tem o condão de obscurecer ou toldar a existência de vagas em cada unidade e departamento das Faculdades e nas diversas unidades acadêmicas, conforme regras estatutárias objetivas que conferem direito líquido e certo aos candidatos anteriores e atuais aos respectivos concursos de acesso e promoção na carreira docente;

8- Não se confundem as vagas existentes nos anos anteriores em que os candidatos se sagraram vencedores nos respectivos concursos, com as vagas hoje existentes em cada unidade ou faculdade respectiva;

9- É juridicamente inadmissível que candidatos que já realizaram concursos de progressão na carreira sejam convocados a

novamente realizar (ou disputar com colegas) os mesmos concursos para os quais já foram regularmente aprovados. Se tal conduta administrativa persistir é necessário buscar a tutela administrativa ou jurisdicional cabível para cortar imediatamente esse grave comportamento administrativo desviado e fraudulento que viola os mais comzeinhos princípios jurídicos educacionais e éticos;

10- Fere a moralidade administrativa, a ética educacional e a igualdade que deve presidir as relações jurídicas, inclusive entre particulares, a repetição de concursos e vagas já regularmente preenchidas, tendo candidatos regularmente aprovados;

11- Não se confundem em absoluto as vagas existentes no passado com as vagas existentes no presente não sendo crível criar versão falsa para considerar ambas as realidades como intercambiáveis a fim de prejudicar tanto os candidatos anteriormente aprovados, titulares de direitos adquiridos, como os futuros candidatos ao acesso e progressão na carreira de acordo com as regras estatutárias vigentes e não intocadas.

São os esclarecimentos que entendo absolutamente necessários serem feitos ao corpo docente, sobretudo da Faculdade de Direito. Autorizo desde logo a ampla divulgação da presente nota no âmbito da universidade.

Marcelo Figueiredo é ex-Diretor da Faculdade de Direito



Acima a manifestação no Largo da Batata; no destaque a participação da APROPUC no ato.

Mulheres realizam manifestação histórica contra Bolsonaro

O ato contra Bolonaro realizado em todo o país e em várias cidades do exterior foi uma das maiores manifestações feministas da história. Em São Paulo o ato reuniu no Largo da Batata cerca de 500 mil pessoas. O coro de "Ele não!", entoado pelos participan-

tes, mostrava o desejo de mulheres e homens de ver afastada a ameaça de um governo fascista.

A APROPUC esteve presente com a sua diretoria e diversos professores da PUC-SP tiveram participação ativa no ato. Ao fecharmos esta edição estava pro-

gramado mais um ato na Avenida Paulista pelas mulheres contra Bolsonaro.

O Movimento Luta Popular e o Quilombo Urbano do Brasil, juntamente com outros coletivos e grupos da periferia e de luta contra as opressões, estão se organizando para

realização de atos, batalhas, saraus, manifestações e atividades em várias periferias do país contra o candidato Jair Bolsonaro (PSL). As primeiras manifestações ocorreram no sábado 6/10, mas devem continuar até o segundo turno da eleição.

Centrais sindicais discutem Greve Geral em defesa da Previdência

O governo golpista de Michel Temer pretende retomar a Reforma da Previdência tão logo termine o processo eleitoral. Para isso cogita suspender a intervenção no Rio de Janeiro para que uma medida de alteração constitucional possa ser tomada.

Diante desta perspectiva dirigentes das oito centrais sindicais brasileiras reuniram-se no dia 2/10, em São Paulo, para discutir essa nova ameaça. A posição unânime das centrais é de que qualquer tentati-

va nesse sentido terá reação imediata dos trabalhadores. Os representantes das centrais sinalizaram a possibilidade de uma greve geral ainda este ano, caso o tema volte à pauta do Congresso Nacional.

De acordo com as entidades, o ataque à aposentadoria dos trabalhadores segue como uma exigência dos banqueiros e grandes empresários. Portanto, a decisão foi de preparar desde já os trabalhadores para a mobilização e a estratégia de luta.

Em manifesto divulgado após a reunião as centrais indicam: "Não aceitaremos que a classe trabalhadora pague mais outra vez a conta. Não aceitaremos o desmonte e a entrega da Previdência Social para o sistema financeiro. A sociedade deseja paz, liberdades democráticas, segurança e respeito aos seus direitos, que só virão com a garantia do emprego, salário digno e do acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação e aposentadoria digna".

Trabalhadores em Educação no RS fazem greve de 24 horas

Na quinta-feira, 4/10, aconteceu o dia de luta para os professores(as) e funcionários(as) da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul. Uma greve de 24 horas foi convocada contra o desmonte da escola pública e pelo pagamento integral do salário, que vem sendo parcelado pelo governo. A categoria também fez um ato público com concentração dos educadores em frente ao prédio do Instituto Estadual de Educação e, logo após, caminhada até o Palácio Piratini.

ROLA NA RAMPA

Semana de Economia tem debate entre economistas dos presidencialistas

Na segunda-feira, 1/10, no auditório 333, aconteceu o primeiro debate da XVI Semana da Economia da PUC-SP, realizado junto com o XXXIII Congresso da Associação Nacional de cursos de Graduação em Ciências Econômicas (ANGE), reunindo os economistas dos presidencialistas de diferentes partidos. A mesa foi composta por Guilherme Mello (PT); Marco Antônio Rocha (PSOL); Nelson Marconi (PDT); Diego Costa (NOVO) e mediado pelo Professor Antonio Correa de Lacerda.

Com 20 minutos de disposição inicial, os economistas explicaram o plano econômico de cada partido, logo após houve uma rodada de questões de alunos e professores onde os economistas tiveram 10 minutos para responder. Dentre os assuntos foi destacado as políticas macroeconômicas, políticas fiscais, monetária e cambial, papel

STHEFANE MATTOS



Acima a mesa reunindo os economistas dos presidencialistas; no destaque o debate no lançamento de livros na Semana de Economia



do estado e das políticas públicas e industrial, e política social. Como todos os partidos que se apresentaram na noite são

de esquerda, eles apresentaram vários pontos em comum, como a reforma tributária e a priorização do social.

Evento tem lançamento de livros

Além disso, na Semana de Economia, ocorreu o lançamento de livros importantes que retratam a economia brasileira atualmente. Os livros são: "Economia, que bicho é este?", de Rosa Maria Marques (PUC-SP); "The Political Economy of Lula's Brazil", de Pedro Chadarevian

(Unifesp); "Economia Brasileira: Crise e Estagnação", de Carlos Eduardo Cabral (PUC-SP); "Sustentabilidade global e realidade brasileira", de Regina Gadelha (PUC-SP), Joaquim Carlos Racy (PUC-SP), Rosa Marques, Pedro Chadarevian e Aparecida Rago.

Abaixo assinado pede manutenção da brinquedoteca

Alunos de Pedagogia postaram na Internet um abaixo-assinado contra o possível fechamento da brinquedoteca da PUC-SP. Segundo o texto "é de suma importância a manutenção da brinquedoteca e a sua revitalização! Uma possível extinção põe em questão qual a educação que realmente queremos para o século XXI, prejudicando a formação dos futuros profissionais da educação que hoje recebem o diploma com a certeza da importância do seu papel na formação de cidadãos conscientes, comprometidos, conhecedores do seu potencial de transformação, buscando contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária na qual a criança goze do direito de ter infância, portanto do direito de brincar. Exigimos um espaço decente para que a brinquedoteca possa continuar existindo". Para assinar o texto acesse <https://bit.ly/2OCNTtX>

Michael Heirinch participa de debate sobre Marx na PUC-SP

Na quarta-feira, 3/10, no auditório 100, aconteceu o debate sobre Marx e a Sociedade Moderna. Promovido pelos professores Antonio Rago Filho e Claudinei de Cassio Rezende, a mesa recebeu Jean Tible (USP), Beatriz Abramides (PUC-SP) e Michael Heirinch, especialista da obra de

Marx e professor de economia na University Of Applied Sciences. Michael comentou sobre a situação crítica que o Brasil se encontra e também sobre ataques da extrema direita que a Alemanha sofre nos dias atuais. "Eu percebo o quanto é crítica a situação do Brasil no momento, vári-

as coisas estão mudando, o mundo inteiro está assim. Na Alemanha acontece uma ascensão do partido da ultra direita, pela primeira vez desde a segunda guerra mundial. Essa ascensão vem acompanhada de muita violência contra os refugiados ou com qualquer outro grupo considerado diferente da nação alemã". No debate foram destacados: a perspectiva da revolução social, comunismo contemporâneo, luta contra hierarquia, articulação de classes, reconhecimento fundamental nos dias atuais, novo capitalismo e o velho capitalismo, e teoria das crises segundo Marx.

Marcio Policastro canta no Quinta tem Praia

Na quinta-feira, 11/10, acontece mais uma apresentação do projeto "Quinta tem Praia", da AFAPUC. Agora é a vez de Marcio Policastro. O cantor e compositor é assíduo frequentador da cena universitária da MPB da cidade. Pertence à geração de músicos formados no Clube Caiubi de Compositores, onde consagrou parcerias com diversos músicos, entre eles Carlos Careqa e Zé Rodrix. O projeto Quinta tem Praia acontece na Prainha, às 12h.

STHEFANE MATTOS



A mesa do debate com Michael Heirinch